



UM ESTUDO DAS EMOÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA LINGUAGEM E DA MENTE: A SEGUNDA PESSOA *

A Study of Emotions in the Constitution of Language and Mind: The Second Person

Juliana de Orione Arraes Fagundes **

Resumo: O presente trabalho trata das atribuições de estados mentais, indispensáveis às nossas interações com outras pessoas, traçando uma comparação entre as atribuições de atitudes proposicionais e as atribuições emocionais. A mente é aquilo que parece ser, o estudo de nossos mecanismos cognitivos revela os aspectos ontológicos do mental. Ao atribuírmos estados mentais proposicionais às outras pessoas, somos capazes de nos relacionarmos por meio de uma linguagem complexa e articulada. Porém, na base dessas atribuições, estão as interações de segunda pessoa, presenciais, corpo-a-corpo, em que as emoções de um dos envolvidos são diretamente alteradas pela expressão emocional do outro. A relevância dos mecanismos de atribuição de emoções por meio da interpretação comportamental será abordada. Além disso, argumentar-se-á que, sem as interações de segunda pessoa, a linguagem e a subjetividade complexa caracteristicamente humanas não serão constituídas.

Palavras-chave: Emoções. Segunda Pessoa. Linguagem. Subjetividade.

Abstract: The present paper is about the attributions of mental states, indispensable for our interactions with other people. It will draw a comparison between the attributions of propositional attitudes and emotional attributions. The mind

* Artigo recebido em 19.10.2024 e aprovado para publicação em 05.11.2024.

** Doutora em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professora Adjunta do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DFCH/UESC). E-mail: joafagundes@uesc.br

is what it seems to be to us, so that the study about our cognitive mechanisms reveals the ontological aspects of the mind. The propositional mind is formed in conjunction with language. Therefore, when we attribute mental states to other people, we are capable of relating to each other by means of complex and articulated language. However, at the basis of these attributions, are the second person interactions, face-to-face, in which the emotions of one of the parts involved are directly changed by the emotional expression of the other part. The relevance of the mechanisms of attribution of mental states through the comportamental interpretation will be addressed. Furthermore, it will be argued that, without the second person interactions, the language and the subjectivity characteristically humans cannot be constituted.

Keywords: Emotions. Second Person. Language. Subjectivity.

Introdução

Por sermos produtos de uma história evolutiva que respondia amiúde a problemas e situações locais, nosso aparato cognitivo é ao mesmo tempo poderoso para capturar os aspectos ambientais correspondentes às necessidades de nossos ancestrais evolutivos e altamente imperfeito para capturarmos outros aspectos que nunca importaram a essas necessidades. Disso percebe-se a diferença entre ser e conhecer, entre a epistemologia e a ontologia, mas também percebe-se um ajuste, sem o qual a evolução não teria favorecido o surgimento de nossa espécie, entre o que se conhece e o que é. Aqui temos pistas para tratar das relações entre ontologia e epistemologia, tema exaustivamente abordado ao longo da história da filosofia.

Um exemplo relativamente recente e muito interessante é o famoso artigo de Nagel¹. O que se pretende aqui destacar é a ideia de que só há uma forma de saber como é a experiência do morcego de formar uma imagem espacial do ambiente a partir da audição: sendo um morcego. O artigo coloca a questão de forma altamente eficaz para o exercício da intuição sobre a como ontologia e epistemologia não se confundem. Há aspectos da realidade que não conseguimos alcançar por meio dos órgãos sensoriais com que a natureza nos dotou, por exemplo, há sons que eu não sou capaz de ouvir, mas que os morcegos ouvem². Mas o que dizer dos sons que eu sou capaz de ouvir? Eles estão aí?

¹ NAGEL, T. Como é ser um morcego? *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, v. 15, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 245-262.

² O trabalho de Nagel tem como consequência que o foco dos estudos acerca do mental deve estar nas experiências sensoriais privadas e intrínsecas, os *qualia*. Talvez não seja o melhor ponto de partida, conforme este artigo procurará apontar.

Para tratar dessa distinção entre ontologia e epistemologia, os modernos são dignos de destaque. Vale mencionar a distinção kantiana entre fenômeno e númeno, segundo a qual não podemos conhecer as coisas além dos limites da nossa experiência³. Além disso, lembremos de Locke, provavelmente a primeira versão do argumento do espectro invertido:

Nossas *ideias* simples não poderiam ser ditas falsas *ainda* que a diferente estruturação dos órgãos de cada homem os dispusesse de tal maneira que *um mesmo objeto produzisse numa mente ideias diferentes das que produz noutra*, como se a *ideia* produzida pela *violeta* na mente de um homem fosse a mesma produzida pelo *girassol* na mente de um outro, e *vice-versa*. Seria impossível saber que isso acontece, pois não é possível instalar a mente de um homem no corpo de um outro, para perceber quais aparições são produzidas por aqueles órgãos: não se confundem nem *ideias*, nem seus nomes, que não são, nenhum deles, *falsos*⁴.

As duas disciplinas são diferentes por tratarem de questões diferentes. Apesar disso, ambas se entrelaçam profundamente quando o tema é a mente. A mente é, para cada um de nós, aquilo que ela *parece* ser. Por isso, nesse caso, conhecimento e ser precisam ser estudados conjuntamente. Em filosofia da mente, a separação entre ontologia e epistemologia só pode ser feita por razões didáticas, caso contrário, somos levados a abordagens artificiais e pouco esclarecedoras.

Se olharmos para o mental à luz da biologia, temos elementos que ancoram essa tese sem sermos levados necessariamente a um relativismo acerca do mental. Por mais que nossos sistemas cognitivos capturem a realidade circundante de forma seletiva, nós e nossos ancestrais pudemos lidar com essa realidade até aqui, reagindo a ela de forma que conseguimos lograr sucesso com frequência. Isso nos dá bons indícios de que são elementos da realidade objetiva que conseguimos capturar.

Dennett⁵ desenvolve essa relação entre ontologia e epistemologia por meio da noção de “affordances” de Gibson, que trata dos aspectos do ambiente que nosso aparato cognitivo consegue capturar. Elas são aquilo que o ambiente oferece ao animal “para o bem ou para o mal”⁶. A ontologia se apresenta a nós a partir de nossas possibilidades cognitivas, construídas ao longo da história evolutiva. É a nossa imagem manifesta, na linguagem de Sellars⁷. Imagem manifesta é a realidade que se apresenta para

³ KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

⁴ LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 416 (grifos do original).

⁵ DENNETT, D. *From Bacteria to Bach and Back*. The Evolution of Minds. New York: W. W. Norton & Company, 2017.

⁶ GIBSON, J. J. The Theory of Affordances. In: *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979, p. 127.

⁷ SELLARS, W. *Empiricism and the philosophy of Mind*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1997.

nós, aquilo que conseguimos capturar com nossas ferramentas cognitivas. Imagem de ciência inclui aquilo que não podemos ver, como fótons e genes. Enquanto a imagem de ciência é aprendida na escola, a imagem manifesta é aprendida em nossas relações sociais normais. Pela imagem manifesta, todos podemos nos entender. Ela ancora nossas relações de comunicação.

1. A perspectiva do intérprete

Se a mente é para nós aquilo que ela parece ser e se nossos sistemas cognitivos capturam seletivamente elementos da realidade objetiva, podemos supor que a subjetividade é formada nesse atrito com o mundo objetivo. No caso humano, essa constituição é complexa, pois envolve, além de elementos concretos do mundo circundante, um ambiente social contendo abstrações, instituições, linguagem, metáforas, leis etc. A linguagem humana só é possível porque a subjetividade é constituída simultaneamente à atribuição de estados mentais. Ambas têm o papel de permitir as relações com as outras pessoas, com o mundo que nos rodeia e com nós mesmos, relações tais que dependem de termos uma noção do que se passa nas mentes das outras pessoas e nas nossas, conforme exposto por Davidson⁸.

Caro⁹ comenta que a noção de interpretação é central ao trabalho de Davidson, já que sustenta tanto a possibilidade de comunicação como de pensamento. Um discurso só pode ser compreendido se o intérprete conseguir decifrar os estados mentais do falante a partir da relação entre o mundo e aquilo que é dito. Assim, a mente do sujeito se revela ao interlocutor, ainda que parcialmente. É por isso que o estudo sobre a questão do significado acaba por tornar compreensível também a questão do mental.

Vejamos um exemplo de como crença e significado são interdependentes: alguém afirma uma frase como verdadeira a partir do que crê ser o significado dela e também do que crê ser verdade acerca do mundo. Assim, a constituição da linguagem proposicional se ancora em processos de *triangulação* que envolvem sujeito, interlocutor e mundo objetivo. Portanto, compreender o significado de um discurso esclarece simultaneamente muitas das intenções do falante e de suas crenças sobre o mundo, como parte do projeto de interpretar.

⁸ DAVIDSON, D. Radical interpretation. In: DAVIDSON, D. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. p. 125-139.

⁹ CARO, M. Davidson in focus. In: CARO, M. (ed.). *Interpretations and causes: New Perspectives on Donald Davidson's Philosophy*. Berlin: Springer-Science, 1999. p. 1-29.

Conforme proposto por Davidson, o ponto de vista pelo qual é mente é estudada é o ponto de vista do intérprete. Ao compreendermos um discurso, fazemos uma espécie de ajuste tácito entre nossas crenças e as do interlocutor no qual, tomadas de forma conjunta, há uma espécie de correspondência entre elas. Aqui, estamos diante do princípio de caridade. De forma bastante sintética, podemos apresentar o princípio de caridade da seguinte maneira: para compreender o comportamento de alguém, precisamos atribuir às suas crenças alto grau de racionalidade, coerência e verdade. Simultaneamente, isso precisa ser atribuído também a nós, de modo que haverá, ainda, uma suposição de alto grau de coincidência entre nossas crenças e as das pessoas com quem nos relacionamos sem a qual não é possível a comunicação linguística.

Essa atribuição de coincidência entre as crenças é feita de forma global, e não de forma específica. Quer dizer, há crenças discordantes em nossos sistemas de crenças, há crenças falsas e irracionais, não se está negando tal fato. Porém, tomadas de forma global, há uma predominância das crenças racionais, coerentes e verdadeiras. É isso que torna a comunicação possível, conforme Davidson. Assim, ao compreendermos os processos mentais que permitem a comunicação linguística complexa e articulada da nossa espécie, podemos estudar o mental não mais a partir do que se passa internamente no sujeito, mas sim a partir das relações, em especial, as relações fundamentadas na linguagem. Isso nos leva também a uma conexão entre as noções de verdade, significado e mente, pois ainda que um ser racional tenha uma série de crenças falsas, isso não gera uma desconexão massiva entre as crenças e o mundo. Dessa forma, a possibilidade do conhecimento está aberta para todos os seres racionais.

Dennett¹⁰, com sua teoria dos sistemas intencionais, é um importante representante dessa abordagem. Para Dennett, há três tipos de posturas principais que podemos adotar diante do mundo para podermos explicar e prever seu funcionamento. Podemos tentar explicá-lo por meio de sua constituição física (postura física), podemos atribuir a ele um projeto, buscando a função que lhe foi visada pelo projetista (postura de projeto) ou podemos atribuir intencionalidade (postura intencional). Há certos sistemas, os chamados sistemas intencionais¹¹, que só podem ser compreendidos por meio da atribuição de estados mentais.

Na mesma linha de Davidson, Dennett defende que a linguagem complexa e articulada depende disso. Porém, Dennett desce na escala evolutiva e

¹⁰ DENNETT, D. *Tipos de Mentes: Rumo a uma compreensão da consciência*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

¹¹ DENNETT, D. Intentional Systems Theory. In McLAUGHLIN, B.; BECKERMANN, A.; WALTER, S. *The Oxford Handbook of Philosophy of Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 339-349.

atribui intencionalidade a outros animais e ao próprio processo evolutivo, diferentemente de Davidson, que está interessado especificamente na mente e na linguagem humanas, de modo que para Davidson, o pensar depende da interpretação linguística.

Pode-se acreditar que Scott não seja o autor de *Waverley* sem duvidar que Scott seja Scott; pode-se querer ser o descobridor de uma criatura com um coração sem que se queira descobrir uma criatura com um rim. Pode-se pretender morder a maçã na mão sem que se pretenda morder a única maçã que tem um bicho nela, e por aí vai. A intencionalidade¹² que tanto fazemos na atribuição de pensamentos é muito difícil de se fazer quando o discurso não está presente. O cachorro, nós dizemos, sabe que seu mestre está em casa. Mas ele sabe que o sr. Smith (que é o seu mestre), ou que o presidente do banco (que é esse mesmo mestre) está em casa? Não temos ideia de como resolver, ou dar sentido, a essas questões¹³.

Por sua vez, Dennett¹⁴ defende que atribuição de intencionalidade é um recurso de interação também para os outros animais e está na base das relações de cada um desses animais com o mundo. Nesse sentido, é possível defender também que a auto-atribuição de intencionalidade seja posterior às hetero-atribuições. Porém, é importante notar que em ambos os autores, seja Davidson ou Dennett, as atribuições de estados mentais servem para dar um sentido ao comportamento daquelas entidades sujeitas às atribuições. Por mais que a intencionalidade esteja embrenhada na natureza, de um ponto de vista dennettiano, somos nós, os seres dotados de palavras, que temos a capacidade de dar um sentido a ela.

Aqui, algumas consequências podem ser extraídas: o foco das atribuições de estados mentais está em dar sentido ao comportamento de determinadas entidades que não podem ser compreendidas de outra forma. Isso

¹² Termos técnicos que não devem ser confundidos: “intencionalidade” (com “s”, termo derivado da palavra latina *intentio*, ou o conceito) e “intencionalidade”. Em filosofia da linguagem se distingue intensão e extensão de um termo. Extensão é o conjunto dos objetos capturados por aquele conceito, enquanto a intensão é o modo particular como aqueles objetos são capturados, também entendido como o significado. Tome, por exemplo, a noção de “animais que têm rins” e de “animais que têm coração” – nesse caso, temos a mesma extensão para diferentes intensões. Em muitos casos, dentro de uma proposição, é possível fazer a substituição *salva veritate* de termos que possuem a mesma extensão, são os contextos extensionais, ou translúcidos. Por exemplo, se temos a frase verdadeira “Aristóteles nasceu em Estagira”, podemos substituir “Aristóteles” pelo sinônimo “O mestre de Alexandre” e teremos mantido o valor de verdade na frase “O mestre de Alexandre nasceu em Estagira”. Contudo, há situações em que esse tipo de substituição não é possível, são os contextos intensionais (com “s”), ou contextos opacos. As descrições de estados intencionais (com “c”) são exemplos de contextos intensionais (com “s”). Por exemplo: não podemos fazer a mesma substituição *salva veritate* em “Marcos pensa que Aristóteles nasceu em Estagira”. Os contextos intensionais são aqueles no qual a verdade depende do significado, e não apenas da referência de suas palavras componentes.

¹³ DAVIDSON, D. Belief and the Basis of Meaning. In: _____. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. p. 141-154.

¹⁴ DENNETT, *Tipos de Mentes*, p. 37.

é feito por meio de atribuições de atitudes proposicionais, ainda que de forma tácita. Por exemplo, pode-se dizer que um motorista frenou o carro subitamente porque quis evitar um atropelamento. Ainda que essas atribuições de atitudes proposicionais sejam legítimas, elas aconteciam de forma tácita na mente daquele ciclista. Outro ponto é que não podemos nos comunicar linguisticamente se não por meio da atribuição de estados mentais. Por último, importa destacar que, pela perspectiva que denominamos perspectiva do intérprete, a subjetividade tem uma característica linguística sendo, portanto, constituída simultaneamente à linguagem, ela depende da atribuição de intencionalidade.

A ênfase no papel da atribuição de estados mentais influencia muito os estudos nos períodos seguintes, não apenas em filosofia da mente, como também em ciências cognitivas. Há uma boa razão para isso: se o foco para as pesquisas acerca do mental estiver em uma perspectiva muito subjetivista, onde apenas o sujeito tenha poder para realizar essa pesquisa, acabamos chegando a aporias. Ainda que haja um papel de autoridade para o sujeito nos estudos acerca do mental, ele não pode ser a única autoridade, sob pena de não podermos sequer dialogar sobre o tema. Uma vez que a abordagem das ciências é objetiva, a perspectiva que compreende o papel das relações humanas e das atribuições de estados mentais se torna a mais apropriada para as ciências cognitivas.

2. Perspectivas para atribuições de estados mentais

Vimos que desde meados do século XX, autores como Dennett e Davidson, entre outros, enfatizam o papel da atribuição de estados mentais para que possamos compreender como a subjetividade propriamente humana se constitui. Esses autores enfatizam a necessidade de atribuímos estados mentais aos outros para interpretarmos o seu comportamento. No caso de Dennett, ele entende que essa atribuição é relevante inclusive para interpretação de diversas entidades, como pessoas, livros, animais, o próprio processo evolutivo e diversos artefatos¹⁵.

De fato, compreender o mental a partir das atribuições de estados mentais que fazemos em nossas relações quotidianas foi fundamental para formarmos uma imagem de mente e de linguagem compatível com o desenvolvimento científico. Isso não significa olhar para a mente humana como um objeto, mas permite a compreensão que a subjetividade se constitui no

¹⁵ DENNETT, D. The Interpretation of Texts, People and Other Artifacts. In *Philosophy and Phenomenological Research*. v. 50 (1990), p. 177-194, Supplement, autumn. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2108038>. Acesso em: 02 mar. 2018.

contato direto com as mentes das outras pessoas. A pergunta que pode ser colocada agora é acerca de como se dá a atribuição de estados mentais. Nesse ponto, Pérez¹⁶ trata de três possibilidades: teoria teoria, denominada como perspectiva de terceira pessoa; teoria da simulação, denominada de primeira pessoa e a sua teoria da perspectiva de segunda pessoa.

Apresentando brevemente as duas primeiras, segundo a teoria da simulação, nós atribuiríamos estados mentais às outras pessoas a partir de uma simulação de como estaríamos se estivéssemos no lugar delas. Parte-se, em grande medida, do pressuposto de que o outro é como eu e assim se atribuem conteúdos aos seus estados internos, sejam eles estados mentais proposicionais ou de outros tipos. A teoria da simulação enfatiza o papel da subjetividade, em uma tentativa de humanizar as atribuições de estados mentais e diferenciar a pesquisa científica sobre objetos em geral da pesquisa acerca do mental. Por outro lado, fica em aberto a questão de como adquirimos os conceitos acerca de estados mentais que nos permitam olhar para dentro e nos colocar no lugar do outro antes de lhe atribuímos estados mentais.

Quanto à teoria teoria, consiste na ideia de que a atribuição de estados mentais funciona como uma teoria na qual usamos termos sobre inobserváveis para explicarmos e prevermos o comportamento alheio. Em outras palavras, o comportamento, que é observável, é explicado por meio de uma teoria acerca do que se passa internamente na outra pessoa. Conforme Pérez, os defensores dessa perspectiva para atribuição de estados mentais entendem a questão da seguinte forma:

[...] o mecanismo cognitivo padrão que usamos quando observamos as ações alheias ou interagimos com alguém é sempre (ou ao menos na maioria dos casos) o mesmo: tratamos de incluir sua ação sob alguma tipificação que temos armazenada em nossa memória, buscamos quais são as leis gerais que regem o comportamento dos humanos nas condições em que se encontra o sujeito que observamos e aplicamos a lei geral ao caso particular, deduzindo qual curso de ação a dita pessoa tomará no futuro, atribuindo estados mentais para explicar suas ações, postulando entidades inobserváveis (os estados mentais) da mesma maneira que postulamos átomos ou gravidade para explicar a conduta de corpos físicos¹⁷.

A autora desenvolve o tema com suas devidas sutilezas, mas estamos aqui apresentando de forma simplificada. O problema da teoria teoria logo se apresenta no trecho recortado acima: em nossas práticas quotidianas de atribuição de estados mentais para explicar e prever os comportamentos das pessoas que nos cercam, fazemos isso de forma muito mais automática e

¹⁶ PÉREZ, Diana. *Sentir, Desear, Creer*. Una aproximación filosófica a los conceptos psicológicos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

¹⁷ PÉREZ, *Sentir, Desear, Creer*, p. 62.

inconsciente, não o fazemos da mesma forma como formulamos leis científicas. Na realidade, nossas atribuições de estados mentais não possuem uma articulação linguística complexa. Por isso, não podem se chamar teorias.

A própria capacidade de atribuição de estados mentais vem sendo chamada de teoria da mente desde que Premack e Woodruff¹⁸ desenvolveram estudos experimentais para identificar essa capacidade em chimpanzés. Quem tem uma teoria da mente pode atribuir aos outros estados mentais proposicionais. Dennett, por sua vez, considera que fazemos isso de modo tão natural que a noção de “teoria” não caberia, pois uma “teoria” deveria poder ser formulada linguisticamente e as atribuições de estados mentais que fazemos são frequentemente muito automáticas e não proposicionais. Por isso, Dennett prefere falar em psicologia de senso comum.

Alguns pesquisadores gostam de chamar psicologia de senso comum de “teoria da mente” (ou apenas TOM), mas isso me parece enganoso, uma vez que isso tende a prejudicar a questão de como nós conseguimos ter um tal talento, sugerindo que nós temos, e usamos, uma teoria. Em um espírito similar, nós teríamos que dizer que você tem uma *teoria da bicicleta* se você sabe como andar de bicicleta, e é a sua *teoria da nutrição* que explicaria sua habilidade de evitar morrer de fome e evitar comer areia. Isso não me parece uma maneira útil de pensar sobre essas competências. Uma vez que todos concordam que nós temos o talento interpretativo, e todas as pessoas discordam sobre como nós conseguimos ser tão competentes, eu penso que é melhor manter o termo “teoria” fora disso e usar um termo um pouco mais neutro por enquanto. A psicologia acadêmica ou científica também estão no negócio de explicar e prever as mentes dos outros, e ela realmente tem teorias: behaviorismo, cognitivismo, modelos neurocomputacionais, psicologia Gestalt e uma série de outras. A psicologia de senso comum é um talento em que nós nos destacamos sem educação formal.¹⁹

Pérez tende a concordar com isso, mas a proposta dela vai além da de Dennett, pois parte de outro princípio e traz perspectivas bastante inovadoras para pensarmos a formação da subjetividade e da linguagem a partir da atribuição de estados mentais. Para ela, as teorias que atribuem atitudes proposicionais, ainda que por senso comum, são posteriores às atribuições diretas, corpo a corpo. Essas atribuições acontecem a partir das interações de segunda pessoa, as quais ocorrem de forma contextual e os estados mentais se tornam reciprocamente disponíveis por meio das expressões das emoções.

Por interações de segunda pessoa entendemos aquelas situações em que dois (ou mais) seres humanos se encontram em uma interação direta, cara a cara (ou talvez deveríamos dizer corpo a corpo). Nessas ocasiões percebemos

¹⁸ PREMACK, D.; WOODRUFF, G. Does the Chimpanzee have a theory of mind? *The Behavioral and Brain Sciences*. v.1, n. 4 (1978), p. 515-526.

¹⁹ DENNETT, D. Folk Psychology, in *Intuition Pumps and Other Tools for Thinking*. New York, London: Norton & Company, 2013, p. 74-75 (grifos e aspas do original, tradução nossa).

diretamente alguns dos estados mentais do outro indivíduo (por exemplo, alguns de seus estados emocionais expressos em seu rosto e tom de voz, as intenções no movimento que se desenrola, etc. São justamente as emoções a porta de entrada para os outros estados mentais. Nessas interações há envolvimento afetivo, uma atitude participativa (não distanciada), porque somos seres sociais que buscamos estar com outros e nós achamos gratificante interagir com nossos congêneres²⁰.

Ao interagirmos de forma direta, temos nossas emoções alteradas e alteramos os estados emocionais do nosso interlocutor. Pérez e Gomila²¹ entendem que esse tipo de interação é anterior à formação da linguagem e da subjetividade humanas em todos esses aspectos: filogeneticamente, ontogeneticamente e conceitualmente. Com isso, as atribuições de segunda pessoa estruturam a subjetividade e a linguagem.

3. Emoções, linguagem e subjetividade

Pérez e Gomila argumentam que, no caso humano, a reação dos bebês às expressões emocionais de seus cuidadores é anterior aos processos de triangulação os quais, como vimos, formam a camada básica da linguagem tipicamente proposicional. Os autores citam pesquisas em psicologia cognitiva mostrando que o bebê é capaz de imitar as expressões faciais dos adultos e de reagir às emoções alheias desde o nascimento²². Porém, o conceito de crença, detectado pelo teste de falsa crença²³, está plenamente formado apenas por volta dos 5 anos. Para que sejam feitas atribuições de estados proposicionais, é necessário que o conceito de crença esteja formado. Várias capacidades são desenvolvidas ao longo da infância que antecedem a triangulação, como a detecção da direção do olhar, por volta dos seis meses de idade. Os primeiros passos da triangulação, denominados mecanismos de atenção conjunta, ocorrem por volta dos 9 meses, quando a criança e seu cuidador olham alternadamente um para o outro e para um objeto externo.

Pérez²⁴ apresenta alguns passos do desenvolvimento conforme as pesquisas em psicologia do desenvolvimento. Até o primeiro ano, as crianças demonstram o intuito de influenciar as atitudes alheias e também de co-

²⁰ PÉREZ, D. La segunda persona y la teoría de la mente. *Revista Ideação*, Feira de Santana, n. 45 (jan./jun. 2022), p. 10-11.

²¹ PEREZ, D.; GOMILA, A. *The Second Person*. Social Cognition in Human Interaction. London; New York: Routledge, 2021.

²² PÉREZ, *Sentir, Desear, Creer*. p. 161-162.

²³ WIMMER, H.; PERNER, J. Beliefs about beliefs: representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception. *Cognition*. v. 13, n. 01 (1983), p. 103-128.

²⁴ PÉREZ, *Sentir, Desear, Creer*, p. 162 e segs.

municar ao outro sobre algo externo a ambos. Por volta dos 18 meses, elas começam a se engajar nos jogos de ficção, onde fingem que um objeto é outra coisa, uma batata faz papel de um cachorro, por exemplo. Segundo a autora, esse é um passo importante para o chamado “desacoplamento” que permite o desenvolvimento de uma mente representacional. Até os três anos, as crianças passam a dominar os conceitos acerca de estados mentais, como crença, desejo e pensamento. Ao passar no teste de falsa crença, considera-se que elas estão em plena posse dos conceitos necessários para ter uma psicologia de senso comum, quer dizer, suas capacidades mentais e linguísticas são meta-representacionais. Elas entendem, inclusive, que há diferentes modos de apresentação para um mesmo objeto.

Note-se, ao longo desse processo, que as reações aos estados mentais alheios, no desenvolvimento de uma criança humana, é anterior aos mecanismos mais simples de triangulação e bem anterior às capacidades que estruturam nossas mentes meta-representacionais. Ao mesmo tempo, é relevante notar aqui as pesquisas de Tomasello²⁵ segundo as quais os primatas não humanos estabelecem entre si relações de atenção conjunta e triangulação. Considere-se que, dado um traço evolutivo qualquer, se ele está presente nos humanos e nos grandes símios, há boas razões para concluirmos que ele também está presente em nosso ancestral comum. Pode-se dizer, portanto, que as interações emocionais de segunda pessoa também tenham provido uma base evolutiva para o surgimento dos mecanismos de triangulação.

Além da anterioridade temporal ontogenética e filogenética, as interações de segunda pessoa continuam permeando nossas relações com as outras pessoas ao longo de nossas vidas. Nas interações de segunda pessoa, os estados mentais alheios se tornam publicamente disponíveis por meio de sua expressão corporal. Assim, as emoções dos outros nos afetam diretamente, alterando nossos estados mentais quando nos engajamos em interações diretas com as outras pessoas.

Ao tratarmos da perspectiva do intérprete, já havíamos notado que a subjetividade humana se estrutura conjuntamente à intersubjetividade. Aqui, vemos que a intersubjetividade é algo anterior e mais basilar na estrutura da mente do que parecia, pois ela já está presente nas interações de segunda pessoa, relações contingentes e recíprocas nas quais trocamos muito mais do que palavras. A intersubjetividade corpo a corpo presencial e direta dessas relações é anterior às relações de triangulação envolvendo sujeito, interlocutor e mundo. Mas a passagem de um tipo de intersubjetividade para o outro, na concepção desses autores, é gradual.

²⁵ TOMASELLO, M. *A Natural History of Human Thinking*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

4. Uma posse parcial de conceitos

A linguagem humana, para Pérez e Gomila²⁶, se forma gradualmente à medida em que o sujeito se apropria dos conceitos. Ao mesmo tempo, a subjetividade envolve a posse dos conceitos mentais. Os autores entendem que a posse de um conceito se inicia de forma parcial, enquanto a posse completa de conceitos envolve habilidades linguísticas avançadas. Inspirados no segundo Wittgenstein²⁷, os autores entendem que *possuir um conceito é saber como usar esse conceito nas situações específicas de comunicação*. Dominar um conceito é dominar certas habilidades envolvidas na posse desse conceito e, como esse domínio pode ser parcial, é independente da linguagem complexa e articulada. Em outras palavras, uma criança pré-linguística pode ter certo grau de domínio de conceitos, desde que saiba como usá-lo em contextos específicos de comunicação.

Um exemplo bastante elucidativo oferecido por eles é de um bebê que abraça o irmão choroso. O comportamento dessa criança indica que ela já é capaz de atribuir estados mentais emocionais ao irmão. Isso ocorre a partir do encontro corpo a corpo no qual a emoção se expressa. O estado emocional de um irmão altera o do outro e o abraço é uma resposta empática que também modifica reciprocamente as emoções de ambos.

É possível discordar, aqui, que a criança esteja de posse de algum conceito, uma vez que ela ainda não está de posse da linguagem complexa e articulada. Porém, para isso, é preciso discordar também que possuir um conceito seja saber usá-lo apropriadamente em contextos específicos. Nesse caso, recusam-se também os argumentos do segundo Wittgenstein. Apesar disso, há algo que fica evidente nesse abraço entre pequenos irmãos: que a criança protagonista do exemplo é capaz de atribuir emoções ao seu irmão choroso. Isso também corrobora com a tese de que as atribuições de emoções precedem e estruturam as de atitudes proposicionais.

Vale observar que Pérez e Gomila possuem uma noção de atribuição de estados mentais que se encontra no meio termo das de Davidson e Dennett. Davidson entende que a posse de conceitos mentais está relacionada à linguagem e à socialização do indivíduo. O problema é que ela é estreita demais e exclui explicitamente do domínio do mental tudo que não possua uma linguagem complexa e articulada, até mesmo as crianças pequenas.

Dennett, por sua vez, entende a crença como um estado cognitivo capaz de influenciar o comportamento de um indivíduo. A proposta de Dennett é tão ampla que não é informativa acerca do que seja o mental. Além disso, ele acaba por atribuir intencionalidade aos mais diversos domínios, inclusive

²⁶ PEREZ; GOMILA, *The Second Person*, p. 127-8.

²⁷ WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

a artefatos humanos. De acordo com Dennett²⁸, “[...] a intencionalidade não vem de cima, ela se infiltra de baixo para cima, desde os processos algoritmos inicialmente irracionais e inúteis que, ao se desenvolver, vão aos poucos adquirindo significado e inteligência”

Que direito eu tenho de falar de crenças e desejos desses ainda-não-ple-namente-conscientes ancestrais? Minha própria teoria da crença e desejo, estabelecida em *A Postura Intencional*²⁹, defende a visão de que não há boas razões para apresentar esses termos de forma muito rígida: o comportamento dos animais “inferiores” (mesmo os sapos) é um domínio de explicação tão adequado para a postura intencional, com sua imputação de crenças e desejos, como o comportamento dos seres humanos. Mas os leitores que discordarem dessa teoria podem entender que os termos aqui são usados em termos metaforicamente estendidos³⁰.

Na citação acima, Dennett amplia o domínio da intencionalidade a animais desprovidos de linguagem proposicional. Essa ampliação acaba por incluir objetos inanimados ou seres orgânicos tão simples como uma célula, o que parece contra intuitivo, embora tenha consequências bastante interessantes na filosofia da mente dennettiana.

A maneira como Pérez e Gomila apresentam os conceitos mentais encontra uma justa medida, nem ampla demais nem estreita demais. Estados mentais não proposicionais estão incluídos sem a necessidade de apelo a uma proposta subjetivista que deixe de lado os aspectos intersubjetivos do mental. Observe-se, aliás, que eles estão incluídos *a partir* de seu aspecto intersubjetivo. O estudo do mental por uma perspectiva intersubjetiva, portanto, não se restringe às atitudes proposicionais nem precisa se restringir a uma perspectiva estritamente subjetivista para abordar outros tipos de estados mentais.

Conforme a tese proposta por Pérez e Gomila, as interações de segunda pessoa fundamentam a linguagem e a subjetividade da seguinte forma: os cuidadores estabelecem marcadores linguísticos para as expressões emocionais da criança. Com isso, o vocabulário psicológico começa a ser formado antes mesmo que as relações de triangulação sejam estabelecidas. Isso se inicia por meio de um domínio parcial dos conceitos acerca de emoções, geralmente por meio das reações às expressões emocionais alheias.

Até que possa alcançar um domínio completo dos conceitos relativos a emoções, a criança começa a reconhecer os padrões públicos de uso do conceito e relacioná-los à dimensão pessoal das experiências emocionais,

²⁸ DENNETT, D. *A perigosa ideia de Darwin*. A evolução e os significados da vida. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 213.

²⁹ DENNETT, D. *The Intentional Instance*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1987.

³⁰ DENNETT, D. *Conscious Explained*. London: Penguin Books, 1991, p.194n, (tradução livre, grifos do original).

construindo simultaneamente um sentido para a subjetividade e para as interações de segunda pessoa. Isso acontece justamente porque os conceitos relativos às emoções se estruturam de modo pré-proposicional nessas interações de segunda pessoa, diretas, corpo-a-corpo, contingentes e recíprocas.

Assim, aceitando-se (1) os argumentos de Davidson segundo os quais a aprendizagem da linguagem é concomitante à formação da subjetividade, da objetividade e da intersubjetividade e (2) os argumentos de Pérez e Gomila de que os conceitos psicológicos se estruturam sobre as atribuições de segunda pessoa de estados mentais, aceita-se também que as interações de segunda pessoa estão na base a constituição da linguagem e da subjetividade.

Considerações finais

Quando interagimos com os outros, somos diretamente afetados e temos nossas emoções alteradas pelas expressões das emoções alheias. Argumentou-se que essas interações estão na base da estrutura do sujeito e da linguagem, além de serem anteriores nos sentidos ontogenético e filogenético. Elas estruturam a maneira como nos relacionamos quando já temos um domínio da linguagem, mas continuam influenciando nossas relações de interação de modo frequentemente tácito. Isso ocorre porque a linguagem proposicional parece se tornar o foco principal de nossas comunicações e deixamos de atentar para o quanto nossos estados mentais e comportamentos diversos são alterados pelas trocas emocionais recíprocas. Nas atribuições de segunda pessoa, os indivíduos modificam seus próprios estados mentais segundo as emoções e comportamentos dos outros, de forma direta e dinâmica.

Por meio das interações de segunda pessoa, adquirimos grande familiaridade com as mentes dos outros por meio de suas emoções. Essas atribuições são frequentemente transparentes, o que não ocorre quando interpretamos as atitudes proposicionais alheias para podermos nos comunicar de forma linguística. O grau de familiaridade que temos com os estados mentais alheios por meio das atribuições de segunda pessoa se assemelha ao grau de familiaridade que temos com nossas próprias auto-atribuições em primeira pessoa. Esses dois pontos de vista, o de primeira pessoa e o de segunda pessoa, se constituem concomitantemente. As noções parciais de eu e outro antecedem os processos de triangulação e cada uma delas só existe a partir da outra. Aqui, vale observar que os processos de triangulação na constituição da camada básica da linguagem e de uma subjetividade complexa tipicamente humana não são dispensados, mas eles têm uma base anterior nas emoções compartilhadas.

Tanto o ponto de vista de primeira pessoa quanto o de segunda pessoa estão ancorados na imagem manifesta. Há vários mecanismos subjacentes à formação da subjetividade sob o escrutínio das pesquisas nas ciências cognitivas, elas constituem a imagem de ciência que não está disponível a todos nós. A imagem de ciência só pode ser formada pelo ponto de vista de terceira pessoa. Porém, nossa psicologia de senso comum também utiliza o ponto de vista de terceira pessoa quando atribui estados mentais proposicionais para explicar e prever o comportamento das outras pessoas. Aqui, retomando a ideia de que a mente é aquilo que parece ser, podemos dizer que as atribuições de estados mentais, tanto aquelas que fazemos a nós mesmos quanto as que fazemos aos outros, constituem o mental. A mente não se limita ao sujeito, mas se distribui por suas expressões, elas interações de cunho emocional e pelo mundo, por meio da linguagem.

Referências

- CARO, M. Davidson in focus. In: _____. (Ed.). *Interpretations and causes: New Perspectives on Donald Davidson's Philosophy*. Berlin: Springer-Science, 1999, p. 1-29.
- DAVIDSON, D. Radical interpretation. In: _____. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984, p. 125-139. [Artigo publicado originalmente em 1973.]
- _____. Belief and the Basis of Meaning. In: _____. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. p. 141-154. [Artigo publicado originalmente em 1975.]
- DENNETT, D. *The Intentional Instance*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987.
- _____. The Interpretation of Texts, People and Other Artifacts. *Philosophy and Phenomenological Research*. v. 50 (1990), p. 177-194, Supplement, autumn. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2108038>. Acesso em: 02 mar. 2018.
- _____. *Conscious Explained*. London: Penguin Books, 1991.
- _____. *Tipos de Mentes*. Rumo a uma compreensão da consciência. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. [Tradução de Alexandre Tort; revisão técnica de Marcus Pinto. Publicado originalmente em 1996.]
- _____. *A perigosa ideia de Darwin*. A evolução e os significados da vida. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. [Publicado originalmente em 1995. Tradução de Talita M. Rodrigues.]
- _____. Intentional Systems Theory. McLAUGHLIN, B.; BECKERMANN, A.; WALTER, S. *The Oxford Handbook of Philosophy of Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 339-349.
- _____. Folk Psychology. *Intuition Pumps and Other Tools for Thinking*. New York; London: Norton & Company, 2013a, p. 73-76.

_____. *From Bacteria to Bach and Back. The Evolution of Minds*. New York: W. W. Norton & Company, 2017.

GIBSON, J. J. The Theory of Affordances. In: *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979, p. 127-137.

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. [Tradução, apresentação e notas de Pedro Paulo Garrido. Publicado originalmente em 1690.]

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, Abril Cultural, 1980. [Tradução de Valeio Rohden e Udo Baldur Moosburguer. Publicado originalmente em 1781.]

NAGEL, T. Como é ser um morcego? *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, v. 15, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 245-262. [Publicado originalmente em 1974. Tradução de Paulo Abrantes e Juliana de Orione].

PÉREZ, Diana. *Sentir, Desejar, Creer*. Una aproximación filosófica a los conceptos psicológicos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

_____. La segunda persona y la teoría de la mente. *Revista Ideação*, Feira de Santana, n. 45 (jan./jun. 2022), p. 4-18.

PEREZ, D.; GOMILA, A. *The Second Person*. Social Cognition in Human Interaction. London; New York: Routledge, 2021.

PREMACK, D.; WOODRUFF, G. Does the Chimpanzee have a theory of mind? *The Behavioral and Brain Sciences*. v.1, n. 4 (1978), p. 515-526.

SELLARS, W. *Empiricism and the philosophy of Mind*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1997. [Publicado originalmente em 1956.]

TOMASELLO, M. *A Natural History of Human Thinking*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

WIMMER, H.; PERNER, J. Beliefs about beliefs: representation and constraining function of wrong beliefs em young childrens's understanding of deception. *Cognition*. v. 13, n. 01 (1983), p. 103-128.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores) [Tradução de José Carlos Bruni. Publicado originalmente em 1953.]

Juliana Orione

Endereço profissional:
Universidade Estadual de Santa Cruz
Campus Soane Nazaré de Andrade
Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho
45662-900 Ilheus — BA